

Maria Antonietta Rossi ¹

**CÂNDIDO LUSITANO COMO PROMOTOR DA COMPETÊNCIA
TEXTUAL EM LÍNGUA PORTUGUESA:
ESTRATÉGIAS E PRECEITOS DO *SECRETARIO PORTUGUEZ*
PARA REDIGIR CORRETAMENTE CARTAS FORMAIS**

1. Introdução

O género epistolar, como meio textual de comunicação assíncrona *por absentiam*, baseada na «fala ausente, para ausentes, de ausentes» (Muhana 2000: 331), caracteriza desde sempre o intercâmbio de informações, regulamentando as condutas sociais, entre o emissor e o destinatário, através de hábitos de escrita ordinários baseados na *ars dictaminis*, um rígido protocolo que assenta em determinadas regras composicionais e na imitação de modelos considerados exemplares (Barbosa 2011b) pertencentes à arte retórica clássica (Corrêa 2002), valorizada sobretudo na época do assim chamado Neoclassicismo Português (Teixeira 2013).

A estrutura endógena da carta e as respetivas estratégias de polidez linguística, aplicadas pelos remetentes respeitando as convenções socioculturais com o propósito de atingir o “êxito comunicativo” (Goffman 1967; Grice 1975), evoluíram no espaço lusófono nomeadamente no século XVIII, durante a época pombalina, período de reformas iluministas que promoveram, entre outras, a secularização do sistema de ensino baseado completamente no emprego do português – em detrimento do latim – para explicar qualquer disciplina, idioma que se tinha tornado, de facto, na língua franca do Império do Ultramar (Lopes 1969), sistema comunicativo que hoje em dia definiríamos pluricêntrico (De Rosa 2008). Por conseguinte, o respetivo processo de expansão territorial, além das fronteiras, determinou uma evolução considerável das regras de emprego do idioma nacional (Teyssier 1982; Castro 1991), cujos cânones ortográficos e morfossintáticos se estabilizaram, nas práticas comunicativas correntes, graças à ampla publicação de obras metalinguísticas – como tratados de ortografia, dicionários e gramáticas (Celani 2012) – finalizadas a regular de forma eficiente a conduta socio-conversacional da classe mercantilista dirigente na língua de prestígio cultural, tanto em pátria como nas colónias.

Sendo, por conseguinte, o género da carta o único meio de comunicação empregado para veicular informações e manter relações sociais em âmbito

¹ Università per Stranieri di Siena.

quer privado, quer público, os intelectuais da época advertiram a necessidade de completar o repertório das obras metalinguísticas, divulgadas rapidamente através da evolução da «nobre arte da imprimeira» (Pinto 1948), com a realização de tratados de escrita, manuais que pertencem – tendo em consideração a teoria de classificação textual proposta por Werlich (1975) – à classe injuntiva e cuja intencionalidade consiste em definir uma «política de escritura» (Azevedo, Ferreira Júnior 2020: 629) e em promover a competência linguística ativa de “bem escrever” em português como Língua Materna (L1) em pátria ou como Língua Segunda (L2) nos heterogêneos domínios coloniais, uma escrita modelar baseada na imitação dos artifícios retóricos clássicos, cujos representantes mais prestigiosos são, na ótica neoclássica, autores como Aristóteles (384 a. C.-322 a. C.), Cícero (106 a. C.-43 a. C.) e Horácio (65 a. C.-8 a. C.).

Neste contexto de reformismo pombalino e de valorização do idioma nacional como instrumento de ensino e como sistema comunicativo veicular do vasto Império do Ultramar, como ilustrado pelo Marquês de Pombal (1699-1782) no *Directório dos Índios* (Souza, Lobo 2016), o linguista e historiador Cândido Lusitano (1719-1773) – pseudónimo de Francisco José Freire – realiza, a fim de promover a competência textual na própria língua, o volume instrucional *O Secretario Portuguez ou Methodo para escrever cartas*, cuja primeira edição data de 1745, obra de ampla difusão destinada a regular as condutas de escrita privada e ordinária no campo da administração colonial, sobretudo no Brasil, onde parece ser, segundo Barbosa, «o segundo livro mais encontrado em inventários e testamentos da época» (2011: 84), circunstância que justifica a existência e a divulgação, segundo o levantamento bibliográfico por nós realizado, de nove edições deste manual (1745; 1746; 1759; 1782; 1786; 1787; 1797; 1801; 1815).

Além de ser o teórico da Arcádia Olissiponense (1756-1776) (Tocco 2011: 117) – instituição que surgiu com o propósito de promover um movimento estético-literário inspirado nos princípios do bom gosto clássico, tanto na prosa como na poesia, de molde a erradicar as extravagâncias da anterior época barroca (Marnoto 2010) – e de ser hábil tradutor do latim² (Corrêa 2002; Franco 2010) e do francês (Ciccía 2016), o prolífico frade oratoriano foi também um importante tratadista da época: de facto, ele publicou volumes de natureza injuntiva, como o *Secretario Portuguez* (1745), *Reflexões sobre a língua portuguesa*³ (1768) e o *Dicionário Poético* (1794),

2 Citamos, a este propósito, a tradução do latim para o português da *Arte poética* de Horácio, publicada no ano de 1758, cujos princípios caracterizaram a estética do Arcadismo, cujo representante é o próprio Cândido Lusitano (Corrêa 2002).

3 Como informa a estudiosa Ana Paula Banza (2011), a obra *Reflexões sobre a Língua portuguesa* era datada de 1768, mas foi editada posteriormente, em 1842, pelo então Director da Biblioteca Pública de Évora, Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara (Lisboa, Typographia da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis).

obras centradas no emprego literário e funcional, em termos hallidayanos (Halliday 1985), da língua portuguesa, de maneira que os usuários fossem capazes de aplicar preceitos normativos para escrever e falar com propriedade e correção, sobretudo durante a época pombalina, período em que foi promovida, com a reforma do ensino de 1759, a progressiva alfabetização do país, instrumento que estava, como argumenta a estudiosa Moura, «ao serviço da administração do reino, tendo como principal objetivo a formação de uma elite intelectual capaz de responder às solicitações dos governantes» (Moura 2012: 131).

2. Metodologia de análise textual e fundamentação teórica

Tendo em consideração o contexto sociocultural do Portugal setecentista, caracterizado pelas reformas pombalinas que incentivaram tanto o desenvolvimento económico como o processo de literacia na língua nacional da nova classe média dirigente, podemos considerar a carta como o género textual por excelência de interação social (Barbosa 2011a), sendo o modelo epistolar o instrumento comunicativo empregado, já a partir da época áurea do Descobrimentos (Miranda 2000), para veicular e transmitir informações em específicos contextos socio-discursivos profissionais, textos classificados como «intermédias» e definidos «types de discours» pelo linguista francês Petitjean (1989: 98)⁴: com efeito, esta tipologia de documento manuscrito era utilizado com finalidade quer argumentativa, quer informativa, a fim de relatar e descrever o processo de gerência colonial dos territórios extracontinentais (Lucheti 2017: 321).

A correspondência administrativa, de facto, evoluiu progressivamente graças ao processo de expansão, atingindo o seu auge no século XVIII (Pessoa 2002), dada a necessidade de instruir a classe dirigente na «prática epistolar como escrita ordinária» (Barbosa 2011a: 88) para fins profissionais, ou privados, cujos cânones são estandardizados pela primeira vez na época setecentista pelo árcade Cândido Lusitano no tratado injuntivo *O Secretario Portuguez ou Methodo para escrever cartas*, o «mais importante manual epistolar daquele tempo» (Barbosa 2011b: 276) que tinha como finalidade promover a competência tanto textual como argumentativa em língua portuguesa em pátria e no Ultramar, através de determinadas estratégias retóricas que caracterizam a comunicação assíncrona da chancelaria oficial.

4 A este respeito, vale salientar que Pêro Vaz de Caminha (1450-1500), escrivão da armada de Pedro Álvares Cabral (1467-1520), escolheu o género da epístola – documento conhecido como a *Carta do Achatamento* – para comunicar ao Rei D. Manuel I (1469-1521) o descobrimento do novo território e para lhe apresentar uma descrição geográfica e social das áreas brasileiras, texto que estabeleceu, por conseguinte, as primeiras bases da correspondência administrativa em língua portuguesa no contexto socio-discursivo governamental.

Levando em conta as considerações supracitadas, o objetivo da presente pesquisa consiste em analisar o manual instrucional de Francisco José Freire, primeiramente, sob o ponto de vista i) qualitativo para identificar a) a estrutura composicional da obra em perspectiva textual e os conteúdos temáticos selecionados e b) as estratégias pedagógicas escolhidas, baseadas na aprendizagem por imitação, para promover o desenvolvimento da competência comunicativa no âmbito da expressão escrita. Em segundo lugar, pelo contrário, será também conduzida uma análise de tipo ii) quantitativo, de maneira a identificar os modelos de cartas «discursivas», como explicitado no título, selecionados pelo autor para incentivar o desenvolvimento da arte epistolar em português como língua materna ou segunda, uma vez que no panorama científico lusitanista existe um número reduzido de estudos, nesta perspectiva, em relação ao *Secretario Português*. A este respeito, foram realizados trabalhos focalizados nomeadamente na análise geral da estrutura do volume (Barbosa 2011b; Azevedo, Ferreira Júnior 2020) e das técnicas oratórias sugeridas pelo autor na parte introdutória (Conceição 2009), mas sem aprofundar a tipologia de modelos escolhidos, as respetivas estratégias de polidez linguística sugeridas pelo frade oratoriano para preservar, na ótica da sociologia da comunicação, a face positiva de cada ator dentro do evento conversacional (Goffman 1955), práticas fundamentais para desenvolver de maneira apropriada a competência textual epistolográfica em diferentes domínios socio-discursivos da chancelaria oficial.

Posto isto, visando uma análise mais aprofundada do tema proposto, é do nosso particular interesse examinar a poliédrica figura de Cândido Lusitano não como poeta ou tradutor, já amplamente estudada (Corrêa 2002; Teixeira 2013; Ciccia 2016), mas sim como promotor da competência textual em português, cujos padrões era imprescindível estabilizar sendo o idioma lusitano a língua de comunicação oficial de todo o Império do Ultramar. Em decorrência disto, não examinaremos a carta setecentista como género literário da prosa lusitana de ficção – dimensão aprofundada sobretudo no âmbito académico brasileiro por investigadores como Botta (2013), Kohlrauch (2015) e Santos e Barbosa (2015) – mas como meio de comunicação social em contextos profissionais e privados segundo os cânones de polidez comunicativa do século XVIII, situações enunciativas que assentam no emprego de determinadas micro-línguas ou, se quisermos empregar uma locução mais contemporânea do âmbito da lexicografia, do Português para Fins Específicos (PFE).

A fim de analisar a estrutura composicional e temática da obra, os princípios pedagógicos e as estratégias de expressão escrita apresentadas por Cândido Lusitano para redigir corretamente textos informativos e expositivos pertencentes ao género da carta formal, tipologia discursiva em forte evo-

lução no século XVIII nos sectores político, económico e administrativo (Fiúza 1954; Rocha 1965; Amora 2001; Seara 2008; Conceição 2009, Assis, Ribeiro 2018, Guimarães 2019), apoiamo-nos nos pressupostos teóricos da i) Linguística Textual (Werlich 1975; De Beaugrande, Dressler 1981; Petitjean 1989; Adam 1992, 1998; Bronckart 1999; Maingueneau 1998; Marcuschi 2003; Silva 2012; Palermo 2013), ii) Aplicada (Hymes 1972; McCarthy 2001; Cook 2003; Davies, Elder 2004) e iii) Funcional (Halliday 1985), assim como da iv) Pragmática Conversacional (Austin 1962; Searle 1969; Grice 1975; Bahktin 1997; Kerbrat-Orecchioni 2006) e da v) Sociologia da comunicação (Goffman, 1955; 1959; 1967).

3. Estrutura endógena e temática do *Secretario Portuguez ou Methodo para escrever cartas*: o decálogo do escrivão oficial

O *Secretario Portuguez*, definido por Barbosa como o primeiro manual em língua portuguesa do século XVIII «dedicado exclusivamente à prática epistolar» (2011a: 93), é um tratado de tipologia injuntiva/instrucional cuja intencionalidade consiste, considerando os parâmetros de textualidade teorizados por De Beaugrande e Dressler (1981), em incentivar o domínio fluente e apropriado na expressão escrita conforme os diferentes contextos sócio-discursivos da comunicação assíncrona, fortalecendo, desta feita, as capacidades de comunicação – ou *Communication skills* (Hargie 2019) – dos atores sociais que participam no evento conversacional, pondo em prática determinadas estratégias retóricas típicas da arte epistolar da época, de modo a preservar a face positiva dos interlocutores (Goffman 1967; Grice 1975) durante o jogo interativo *por abstentiam*. Posto isto, podemos afirmar que o propósito educacional do volume visa fornecer meticulosas estratégias de expressão escrita ao hipotético usuário, i. e. ao “secretário”, redator que na altura tinha a seu cargo a incumbência da comunicação oficial através da redação de cartas pertencentes à prática discursiva administrativa e comercial, caracterizada pelo domínio de fórmulas canónicas e de uma linguagem técnica – “micro-língua” segundo o estudioso italiano Balboni (2000) – imprescindíveis para que ele pudesse «materializar a informação que o senhor necessitava enviar»: deste modo, através da própria habilidade escrita e retórica, o funcionário «honrava o seu senhor» (Conceição 2009: 19).

Vale salientar que, contudo, o árcade inspirou-se em tratados da mesma tipologia difundidos em países diferentes em épocas anteriores, como a obra *Corte na Aldeia* editada em 1619⁵, a primeira obra deste cariz a ser realizada por um autor português, o poeta Francisco Rodrigues Lobo (1580-1622) (Barbosa 2011a: 81), mas dirigida a um público alvo selecionado,

⁵ Lobo, Francisco Rodrigues (1619), *Corte na aldeia, e noites de Inverno*, em Lisboa, por Pedro Crasbeeck.

de minoria prestigiada, que necessitava de adquirir tanto códigos comportamentais adequados como estratagemas de conversação e de expressão escrita para fazer parte do *entourage* do monarca.

Além disso, o frade oratoriano considerou fundamental, para transmitir aos secretários os corretos padrões da prática epistolográfica da época setecentista, período reformista que considerava a educação do homem como uma «fonte de riqueza nacional» (Moura 2012: 169), o tratado do árcade italiano Isidoro Nardi (1656-?) (Conceição 2009: 14), titulado *Il segretario principiante ed istrutto*⁶ e publicado em 1735 – i.e. dez anos antes da primeira edição do *Secretario Portuguez* –, obra que Cândido Lusitano declara ter consultado (Freire 1786: VIII) e que de facto foi por ele imitada tanto na estrutura composicional, como nos modelos de cartas propostos.

Adicionalmente, é do nosso particular interesse refletir também sobre o emprego inovador do termo *Secretário*, uma vez que o poeta português parece ser, considerando as pesquisas lexicográficas por nós efetuadas, o primeiro a ter utilizado esta etiqueta para designar a tipologia de manual instrucional caracterizado por técnicas retóricas e modelos de cartas a ser imitados para estruturar corretamente os atos de fala na correspondência administrativa. De facto, se consultarmos a definição do lema “secretário” apresentada pelo padre Rafael Bluteau (1638-1734) no *Vocabulario portuguez e latino* (1712-1728), o dicionário mais renomado do século XVIII, podemos verificar que o termo se refere unicamente à profissão de redigir cartas⁷ sem acrescentar a aceção utilizada, pelo contrário, por Cândido Lusitano, que emprega o verbete no sentido de manual injuntivo composto, considerando a definição proposta pelo dicionário online de público domínio *Priberam*⁸, «por modelos de cartas ou fórmulas para uso dos que não têm prática». Em detrimento disto, podemos advogar a ideia de que o árcade foi o primeiro a utilizar o vocábulo “secretário” com valor de tecnicismo profissional, uma vez que a ampla circulação deste volume nos domínios coloniais, nomeadamente no Brasil (Barbosa 2011a: 92), alimentou o processo de extensão semântica da palavra, determinando, por conseguinte, a difusão desta segunda aceção na linguagem corrente, o que é perceptível, aliás, nas obras lexicográficas do século XIX. À guisa de elucidação, citamos o *Diccionario contemporaneo da lingua portugueza* de Francisco Júlio de Caldas Aulete (1826-1878), publicado em 1881, que apresenta, com efeito,

6 Nardi, Isidoro (1735), *Il segretario principiante ed istrutto*, Bologna, Stamperia del Longhi.

7 O padre Rafael Bluteau define desta maneira o termo “secretário”: «Aquelle que tem por officio escrever as cartas de hum Cavalheyro, Principe, & o que toma & guarda os segredos do seu senhor, para os declarar, & significar quando convêm». Cfr. Bluteau, Rafael (1712-1728), *Vocabulario portuguez e latino*, vol. VII, s. v. secretário.

8 Cfr. *Priberam*, s. v. secretário: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/secret%C3%A1rio>.

o novo sentido adquirido pelo termo, descrito desta maneira: «Livro que contém modelos de cartas para o uso de pessoas que não têm pratica de as escrever⁹»; da mesma forma, o *Novo Dicionário da Língua Portuguesa* de Cândido de Figueiredo, editado em 1899, refere que o secretário é o «livro que contém modelos de cartas¹⁰».

O frade oratoriano explicita a intencionalidade textual de dito manual injuntivo – cujo êxito editorial determinou a publicação de nove edições entre 1745 e 1815¹¹ – na secção de abertura, titulada *Introdução Preliminar*, inspirada nos princípios expostos pelo italiano Isidoro Nardi na parte introdutória do próprio manual: ele argumenta que, para comunicar de maneira eficiente em contextos conversacionais oficiais através do género epistolar, é necessário que os encarregados da correspondência conheçam as respetivas práticas escriturárias, uma vez que, na altura, «não há cousa mais comum como escrever Cartas: e com tudo não he cousa commum o sabellas compor» (Freire 1786: VII). Para tanto, nas palavras do autor, «a necessidade da vida faz com que cada hum entre a fazellas; porque tanto aos ignorantes, como aos Sabios frequentemente he preciso o comunicarem-se por meio de cartas com os ausentes» (Freire 1786: VII): sendo portanto a carta o meio fundamental de comunicação social da época setecentista, a nível tanto público como privado, é imprescindível que a nova classe dominante, a burguesia (Marques 1977: 570; Monteiro 1997), seja capaz de estruturar convenientemente este género textual, adotando de maneira apropriada, por um lado, os padrões morfossintáticos e, por outro, os artifícios retóricos conforme quer a situação enunciativa, quer a tipologia de interlocutor, imitando os modelos selecionados pelo próprio autor.

9 Cfr. Aulete, Francisco Júlio Caldas (1881), *Diccionario contemporaneo da lingua portugueza*, vol. II, s. v. secretário.

10 Cfr. Figueiredo, Cândido de (1899), *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, s. v. secretário.

11 O manual de Cândido Lusitano, durante os séculos XVIII e XIX, gozou de tanto êxito editorial que foi editado, segundo o levantamento por nós efetuado, nove vezes, tornando-se, desta feita, num livro popular de ampla difusão, sobretudo nos domínios coloniais, onde era fundamental aprender a arte epistolar de tipologia setorial para informar e atualizar a corte de Portugal sobre o processo de administração política e económica dos territórios ocupados. As nove edições do *Secretário Portuguez* são as seguintes: 1) Freire, Francisco José (1745), *O secretario portuguez compendiosamente instruido no modo de escrever cartas*, Lisboa, Off. de Antonio Izidoro da Fonseca; 2) Idem (1746), *O secretario portuguez ou Methodo para escrever cartas*, Lisboa, Of. de Domingos Gonçalves; 3) Id. (1759), *O Secretario Portuguez compendiosamente instruido no modo de escrever cartas por meyo de huma instrucçam preliminar, regras de secretaria, formulario de tratamentos*, Lisboa, na Officina de Ignacio Nogueira Xisto; 4) Id. (1782), *O secretario portuguez; ou methodo de escrever cartas por meio de huma instrucção preliminar, regras de secretaria, formulario de tratamentos e hum grande numero de cartas em todas as espécies*, Lisboa, Typographia Rollandiana; 5) Id. (1786), *O Secretario Portuguez ou Methodo de escrever cartas por meio de huma de huma instrucção preliminar, regras de secretaria, formulario de tratamentos e hum grande numero de Cartas em todas as especies, que tem mais uso, com varias Cartas Discursivas sobre as Obrigações, Virtudes, e Vícios do novo Secretario*, Lisboa, Na Officina de Antonio Gomes; 6) Id. (1787), *Secretario portuguez, ou methodo de escrever cartas*, Lisboa, Typographia Rollandiana; 7) Id. (1797), *Secretario portuguez, ou methodo de escrever cartas*, Lisboa, Typographia Rollandiana; 8) Id. (1801), *Secretário portuguez ou metodo de escrever cartas*, Lisboa, Typographia Rollandiana; 9) Id. (1815), *Secretario portuguez, ou metodo de escrever cartas*, Lisboa, Typographia Rollandiana. Para este estudo textual foi consultada a quinta edição de 1786, sendo a mais completa por incluir também o sub-género das cartas comerciais, não contemplado nas versões anteriores.

Considerando as teorias elaboradas por Adam em relação à componente composicional dos textos (1992), podemos afirmar que a organização endógena da obra é caracterizada, a nível macroestrutural, por seis secções principais: i) a *Introdução preliminar*, similar em termos de conteúdos àquela presente no tratado *Il segretario principiante ed istrutto* de Isidoro Nardi, que explicita a intencionalidade do volume, apresentando também um panorama geral sobre as apropriadas estratégias tanto conversacionais – respeitantes as formas de tratamento e as estruturas alocutivas –, como organizacionais, relativas à estrutura constitutiva considerada “universal” para cada exemplar de carta; ii) o primeiro capítulo, titulado *Perfeições do secretário*, que elogia a obra como uma ferramenta pedagógica útil para aprender, por um lado, a negociar conteúdos de maneira apropriada conforme a situação enunciativa e, por outro, a utilizar o pretendido «adorno rhetorico» (Freire 1786: XXVII) e a indispensável arte da eloquência; iii) o segundo capítulo, *Imperfeições do secretário*, que expõe os “defeitos” do estilo comunicativo aplicado, come a demora e a prolixidade, que seria melhor evitar para atingir uma composição funcional do texto; iv) o terceiro capítulo, *Regras que o Secretário deve praticar nas cartas de negócios*, que apresenta um quadro genérico sobre os estratagemas retóricos a utilizar nas cartas de tipologia comercial, de molde a conseguir o êxito comunicativo; v) o *Secretário Português*, a parte textual mais copiosa, onde Cândido Lusitano mostra os vários modelos de cartas e de resposta, divididos em sub-gêneros, a imitar conforme a situacionalidade, o assunto a tratar e a tipologia de interlocutor – como cardeais, bispos, cavalheiros, fidalgos, funcionários, “pessoas particulares” e amigos – e vi) o *Supplemento*, secção conclusiva onde o autor propõe exemplares de “cartas de negócios”, sub-gênero setorial definido por Adam como «correspondance d’affaire» (Adam 1998: 49), com as adequadas formas de tratamento, os convencionalismos e as fórmulas introdutórias e conclusivas a observar meticolosamente.

A carta, considerada pelo autor como meio principal de transmissão de informações (Adam 1998: 37), um «ego-documento» (Grobe 2015) baseado na «conversation écrite» (Adam 1998: 39) finalizado ao estabelecimento assíncrono de relações socioprofissionais nos ambientes administrativos e religiosos setecentistas (Guimarães 2019), deve ter, como argumentado na *Introdução Preliminar*, uma adequada textura organizacional para que a missiva seja coerente e coesa, parâmetros de textualidade fundamentais, segundo De Beaugrande e Dressler (1981), para o êxito do evento comunicativo, tanto oral como escrito. A este respeito, a componente composicional do género examinado, segundo o árcaico, é “universal”, uma vez que assenta na presença de quatro partes fundamentais, ou “períodos”,

definidas por Rutten e Van Der Wal *Text-structural formulae* (2014), cada uma caracterizada por determinadas ações verbais. De facto, nas palavras do frade oratoriano:

Todas a cartas (reservando as de narração, e descrição) se dividem em quatro períodos. No primeiro se narra o facto; no segundo se roga a que se agradeça, ou respectivamente se dão os agradecimentos; no terceiro se oferece o prestimo; e no quarto se desejão felicidades (Freire 1786: VIII).

Este «facilissimo methodo» (Freire 1786: VIII), cujo objetivo consiste em «facilitar o caminho aos que se applicarem a tão nobre, como preciso emprego» (Freire 1786: VII), baseia-se no domínio da *ars dictaminis*, i.e. nos artificios da retórica clássica e na «conceção aristotélica do discurso» (Barbosa 2011: 102) que reputa o género pragmático da missiva como «forma superior de eloquência» (Barbosa 2011a: 94). Em decorrência disto, Cândido Lusitano, inspirado pela obra *Traité de rhétorique* do poeta francês Pierre Fabri (1450-1521), apresenta estratégias concretas a imitar, que ainda hoje em dia empregamos nesta tipologia de comunicação, para atingir a coesão textual em qualquer modelo de carta, i. e. a conexão linguística entre as partes compositivas do texto sob o ponto de vista lógico-semântico, de maneira a transmitir com clareza e eficácia a mensagem ao respetivo interlocutor. Com efeito, o autor sugere, para tecer com elegância as secções do texto (Freire 1786: XIX), «unir com propriedade, e graça o primeiro segundo período com o primeiro» (Freire 1786: XX), respeitando o estilo dos autores clássicos, tal como Cícero: para garantir este parâmetro de textualidade, o poeta afirma que é necessário ligar a primeira parte da carta à segunda através do emprego de «partículas» (Freire 1786: XX), ou seja conetores com valor lógico-causal e operadores argumentativos tal como: «Por tanto, Por tal razão, Com tal fundamento, Com tudo, Por tal motivo, Por isso» (Freire 1786: XX). A seguir, para unir o segundo período ao terceiro – cuja finalidade é, segundo o autor, «exagerar o desejo, que temos de servir, e de que não esteja ociosa a nossa obediência, e vontade» (Freire 1786: XX) – é preciso, pelo contrário, servir-se das seguintes expressões exortativas:

Conceda-me ocasiões, Abra-me caminho, Descubra-me modo, Conceda-me meios, Desejára, Quizera unicamente, Não appetço mais, Não posso desejar mais, So me fica o desejo, So me resta para desejar, Queira o Ceo, Que eu possa, Como desejo, Queira a fortuna que eu me faça babil, Queira a sorte que eu me habilite (Freire 1786: XX-XXI).

Por último, para ligar o terceiro período ao quarto, cujo fim consiste em «desejar felicidades à pessoa a quem se escreve» (Freire 1786: XXI),

é recomendável utilizar fórmulas estereotipadas apropriadas conforme a tipologia de relação – horizontal ou vertical – estabelecida entre o emissor e o destinatário da missiva, estratégias, estes, que antecipam os princípios da hodierna Linguística Conversacional. Destarte,

se a pessoa, a quem escrevemos, nos for inferior, ou amigo de confiança, daremos fim a carta dizendo: Deos guarde a V. Mercê por muitos anos; O Ceo guarde a V. Mercê pelos anos, que desejo» (Freire 1786: XXI); contrariamente, «se a pessoa nos for superior, e com ella não tivermos confiança: remataremos a Carta, principiando o quarto período desta maneira: A pessoa de V. Mercê guarde Deos por felices, e dilatados annos, como todos havemos mister; A pessoa de V. Excellencia guarde Deos pelos annos, que todos lhe pedimos; Deos guarde a V. Senhoria por largos annos, como todos necessitão e pedem» (Freire 1786: XXII).

Tais locuções, ou *Text-type formulae* segundo Rutten e Van Der Wal (2014), são basilares para cumprir os parâmetros quer de aceitabilidade, a capacidade do destinatário em entender o texto como um todo coerente e significativo, quer de situacionalidade, a situação socio-comunicativa que determina a escolha de determinadas estruturas conversacionais: a este respeito, o autor sugere ter em forte consideração tanto o «princípio *a quo*», i.e. «a qualidade da pessoa que escreve», «o seu grão, ou dignidade» (Freire 1786: IX), como o «termo *ad quem*», ou seja «a pessoa a quem se escreve» (Freire 1786: XI) e o perfil sociolinguístico do destinatário, de modo a utilizar corretamente as adequadas formas de tratamento, estruturas alocutivas e lexicais a fim de respeitar os critérios de polidez linguística (Goffman 1967; Grice 1975; Kerbrat-Orecchioni 2006) e de preservar a face positiva de ambos os interlocutores (Goffman 1955). Diante disto, o poeta recomenda o emprego de «termos que convem à sua qualidade» (Freire 1786: XI), «epithetos» – tal como «A sublime autoridade» e «O raro merecimento» (Freire 1786: XII) – e «fórmulas instrumentaes», convenções epistolares a utilizar, com elegância, para captar a benevolência do destinatário (Freire 1786: XIII):

Com o mais reverente obsequio da minha servidão; Com o mais forte impulso da minha inclinação; Com o mais particular conhecimento das minhas obrigações; Com o desejo mais ardente do meu animo (Freire 1786: XIII).

Estas fórmulas, imprescindíveis para «organizar com perfeição o corpo de uma Carta» (Freire 1786: XXII), devem ser estruturadas com elegância e eloquência, mas com um estilo retórico «moderado e discreto» (Freire 1786: XXXI), a fim de que o funcionário encarregado da correspondência possa agraciar tanto o próprio senhor, como o interlocutor.

Com efeito, Cândido Lusitano afirma que «o Secretario deve ser hum Jano com duas caras: com huma deve olhar para seu Amo, e com outra para o sujeito, a quem escreve por mandado do mesmo» (Freire 1786: XXIII). Para cumprir este objetivo e atingir, por conseguinte, o êxito comunicativo, o bom secretário deve respeitar, segundo o poeta, cinco regras basilares ou “perfeições”, i. e. i) o segredo, uma vez que o escrivão deve guardar as informações dadas pelo seu amo para as comunicar e não para as divulgar; (ii) a erudição, a mestria na arte epistolar que permite «pintar a palavra, falar aos alhos, e dar côr, e alma aos pensamentos» (Freire 1786: XXVI); iii) a generalidade, ou seja saber adotar uma ampla variedade de estilos conforme o sub-gênero de carta; iv) a reflexão, a capacidade de raciocinar sobre as «materias, e sujeitos, com que trata» e sobre «a qualidade da pessoa, a quem serve» (Freire 1786: XXIX) e v) a eloquência, a arte de bem escrever para persuadir o respetivo interlocutor. Paralelamente, o mesmo deve evitar, durante o comprimento do seu ofício, cinco vícios ou “imperfeições”, ou seja i) a demora, que afeta a «graça» composicional do texto (Freire 1786: XXXII); ii) a prolixidade, ou seja «huma certa vastidão, e grandeza das Cartas, que dizendo pouco em muitas palavras, causão fastio a quem lê» (Freire 1786: XXXIII); iii) a aspereza, i. e. a falta de capacidade em estruturar os atos de fala com estilo «delicado» e «expressões suaves» (Freire 1786: XXXIV); iv) a ignorância, considerada como a inabilidade na arte retórica e, enfim, v) a escuridade, a incapacidade de expressar conteúdos com clareza e simplicidade, princípios que permitem veicular de maneira eficaz as informações.

Depois de ter ilustrado esta espécie de decálogo – baseado nos dez preceitos fundamentais que orientam o ofício e a atitude socioprofissional do funcionário administrativo –, o autor reproduz, na secção titulada o *Secretário Portuguez*, os exemplares de cartas que cada escrivão tem que reproduzir e adaptar, segundo os fundamentos da aprendizagem por imitação e observação (Borges-Andrade 1981; Piaget 1978; Fernandes 2004), já valorizada pelos antigos intelectuais clássicos, de acordo com a situacionalidade e a tipologia de alocutário.

Segundo o levantamento por nós efetuado, Cândido Lusitano apresenta 567 modelos de cartas que pertencem, considerando os princípios de taxonomia textual teorizados por Werlich (1975) e Adam (1992; 1998), à categoria informativa/argumentativa, cujo destinatário é constantemente de sexo masculino, uma vez que as mulheres, ainda excluídas do processo de alfabetização nacional (Barbosa 2011a: 102) ativado pela campanha reformista setecentista, não eram envolvidas no circuito desta tipologia de comunicação assíncrona «socialmente distanciée» (Adam 1998: 47).

Analisando as cartas selecionadas sob o ponto de vista tanto textual como temático, podemos afirmar que o frade oratoriano diferencia os exemplares em 21 sub-gêneros, divididos por sua vez em 5 macro-gêneros: i) o demonstrativo, que inclui 6 tipos de cartas – «Cartas de Parabéns, de Offerecimento, de Agradecimento, de Aviso, Discursivas, de Louvor» –, cuja intencionalidade textual consiste em demonstrar ao interlocutor a atitude afetiva e os próprios sentimentos; ii) o judicial, de que fazem parte 2 sub-gêneros – «Cartas de Desculpa e Justificação e de Queixas» – que visam dar um parecer, um juízo ou uma opinião em relação a um determinado assunto; iii) o deliberativo, caracterizado por 5 modelos – «Cartas de Pezames, de Recommendação, de Boas Festas, de Consolação, de Exhortação e Conselho» –, cujo objetivo é persuadir o destinatário da missiva; iv) o comercial, que envolve 8 tipos de exemplares – «Cartas sobre o Commercio, Instrumento de Procuração, de Fretamento, Apólice de Seguro, Instrumento de Compromisso, Formas de Letras de Cambio, Várias Formas de Recibos, Obrigações que se fazem quando se toma dinheiro emprestado», que instruem o escrivão sobre o emprego apropriado da linguagem setorial económica (ou micro-língua) (Balboni 2000) conforme a situação enunciativa para conseguir «o fim desejado do Negocio» (Freire 1786: XXXVIII), circunstância que requer «huma solida erudição» e «intelligencia» (Freire 1786: XXXVIII); v) o macro-gênero híbrido, representado por 30 protótipos, que apresentam padrões pertencentes a diferentes classes textuais, cuja intencionalidade é múltipla, como ilustra o próprio autor ao hipotético leitor: «Muitas vezes succede escrever em huma mesma Carta diversas cousas; porque muitas vezes há occasião de pedir, agradecer, recommendar» (Freire 1786: 344).

Enquanto os primeiros três macro-gêneros – demonstrativo, judicial e deliberativo – representam os tradicionais modelos de missiva teorizados no âmbito da retórica clássica, que Cândido Lusitano observa meticulosamente ao elaborar este tratado, finalizado à promoção da competência argumentativa escrita em campo administrativo, os dois restantes – o comercial e o tipo híbrido – são teorizados tendo em conta as necessidades comunicativas epistolares da época setecentista, que requerem os apropriados estratagemas e preceitos para gerir de maneira adequada a correspondência oficial, sendo esta fundamental para a «manutenção do império ultramarino português» (Lucheti 2017: 331).

O quadro a seguir mostra os resultados da pesquisa quantitativa efetuada para identificar o número dos macro-gêneros (5) e dos sub-gêneros (21) de cartas selecionados pelo autor, modelos de ampla circulação no âmbito da correspondência epistolar do século XVIII:

| MACRO-GÉNERO | SUB-GÉNEROS | NÚMERO MODELOS | TOTAL > 567 |
|----------------------|---|-------------------|-------------|
| DEMONSTRATIVO | Cartas de Parabéns | 80 | 296 |
| | de Offerecimento | 48 | |
| | de Agradecimento | 74 | |
| | de Aviso | 52 | |
| | Discursivas | 13 | |
| | de Louvor | 29 | |
| DELIBERATIVO | Cartas de Pezames | 31 | 150 |
| | de Recommendação | 36 | |
| | de Boas Festas | 43 | |
| | de Consolação | 20 | |
| | de Exhortação e Conselho | 20 | |
| JUDICIAL | Cartas de Desculpa e | 35 | 64 |
| | Justificação | 29 | |
| | de Queixas | | |
| COMERCIAL | Cartas sobre o Commercio | 11 | 27 |
| | Instrumento de Procuração, | 1 | |
| | de Fretamento, | 1 | |
| | Apólice de Seguro, | 1 | |
| | Instrumento de Compromisso, | 1 | |
| | Letras de Cambio, | 3 | |
| | Várias Formas de Recibos | 6 | |
| | Obrigações que se fazem quando se toma dinheiro emprestado | 3 | |
| HÍBRIDO | / | 30 | 30 |

Esta tipologia de análise evidencia que o macro-género mais copioso, em relação ao número dos exemplares apresentados (296) – i. e. o 52% do volume – é o demonstrativo, que reúne as «Cartas de Parabéns (80), de Offerecimento (48), de Agradecimento (74), de Aviso (52), Discursivas (13) e de Louvor (29)»: tal circunstância faz pressupor que, no século XVIII, a comunicação epistolar era basilar para estabelecer e manter relações públicas, tanto horizontais como verticais, nomeadamente com alocutários que ocupavam influentes posições sociais e políticas – como bispos, cardeais, fidalgos e cavalheiros – uma prática cultural enraizada para expressar sentimentos, emoções e experiências (Malatian 2009). Nesta perspectiva, o emprego apropriado de estratégias conversacionais de cortesia e polidez linguística, no âmbito da expressão escrita em Português Língua Materna (L1), é imprescindível para preservar, em termos sociológicos, a face positiva do emissor (Goffmann 1955; 1959; 1967). A seguir, como demonstram os resultados obtidos, o segundo tipo textual mais numeroso é o deliberativo, com 150 modelos (o 26 % da obra) diferenciados em «Cartas de Pezames (31), de Recommendação (36), de Boas Festas (43), de Consolação (20), de Exhortação e Conselho (20)», cuja função ilocutória é persuadir

o destinatário, facto que pressupõe uma hábil competência argumentativa para estruturar, de maneira apropriada a nível diastrático, atos de fala de tipologia assertiva e declarativa, componentes essenciais da *ars dictaminnis* requerida.

Finalmente, os três macro-gêneros que apresentam menos modelos a imitar, mas protagonistas indiscutíveis, porém, da arte epistolar setecentista, são o judicial, o comercial e o híbrido, que apresentam respetivamente 64, 27 e 30 protótipos, que o escrivão deve saber redigir em relação ao desenvolvimento progressivo do setor socio-discursivo económico, que requer, de facto, o domínio da respetiva linguagem setorial – hoje definida com a expressão “Português para fins específicos” – de maneira a atingir o êxito comunicativo no campo dos negócios através da correta redação das «Cartas sobre o Commercio, Instrumento de Procuração, de Fretamento, Apólice de Seguro, Instrumento de Compromisso, Letras de Cambio, Várias Formas de Recibos e Obrigações que se fazem quando se toma dinheiro emprestado».

4. Considerações finais

Ao concluirmos a presente pesquisa de tipologia qualitativa e quantitativa, sob o ponto de vista tanto textual como socio-pragmático, podemos afirmar que o *Secretario Portuguez*, obra de grande êxito editorial na época setecentista e de ampla circulação nos domínios coloniais, nomeadamente nas terras brasílicas, representa um modelo instrucional fundamental no século XVIII para incentivar e fortalecer as habilidades de expressão escrita em Português Língua Materna através da imitação dos protótipos propostos, estratégia finalizada à interiorização significativa na Memória Enciclopédica dos leitores de estruturas e fórmulas comunicativas necessárias para alcançar o sucesso conversacional nos vários âmbitos socio-discursivos que estavam a se desenvolver no campo da administração e da chancelaria pombalina.

Com base nesta constatação, é possível asseverar que a intencionalidade textual deste volume metalinguístico, no período da campanha de unificação linguística das colónias do Ultramar promovida pelo então primeiro ministro, o Marquês de Pombal, visa codificar e estabilizar as regras morfossintáticas de funcionamento do português, o idioma que se tinha tornado no instrumento de expressão veicular em quatro continentes, pondo, desta feita, as bases dos atuais estudos de linguística textual e pragmática de matriz lusitana que examinam o emprego do idioma lusitano em perspetiva pluricêntrica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADAM, Jean-Michel (1992), *Les textes: types et prototypes*, Paris, Nathan.
- ADAM, Jean-Michel (1998), *Les genres du discours épistolaire. De la rhétorique à l'analyse pragmatique des pratiques discursives*, in J. Siess (Ed.), *La lettre entre réel et fiction*, Paris, Sedes, pp. 37-53.
- AMORA, António Soares (2001), *Introdução à teoria da literatura*, São Paulo, Cultrix.
- ASSIS, Maria Cristina de; RIBEIRO, Maria das Graças Carvalho (2018), *Cartas oficiais dos séculos XVIII e XIX: aspectos pragmáticos, textuais e linguísticos*, «LaborHistórico», IV, 2, pp. 34-47.
- AULETE, Francisco Júlio Caldas (1881), *Diccionario contemporaneo da lingua portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional.
- AUSTIN, John (1962), *How to Do Things With Words*, Cambridge, Mass.
- AZEVEDO, Natanael Duarte de; FERREIRA JÚNIOR, José Temístocles (2020), *Historicidade das cartas de amor: circulação de manuais epistolares portugueses no Brasil do século XIX*, «Revista da Abralín», XIX, 3, pp. 628-653.
- BAKHTIN, Mikhail (1997), *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, São Paulo, Hucitec.
- BALBONI, Paolo E. (2000), *Le microlingue scientifico-professionali. Natura e insegnamento*, Venezia, Petrini.
- BANZA, Ana Paula (2011), *As reflexões (1768) de Francisco José Freire o Vocabulário (1712-1728) de Bluteau*, in Ana Maria Cestero Mancera; Isabel Molina Martos; Florentino Paredes García (ed.), *La Lengua Lugar De Encuentro Recurso Electronico, Actas Del XVI Congreso Internacional De La Alfal*, Alcalá de Henares, pp. 2485-2494.
- BARBOSA, Socorro Pacífico de Fátima (2011) (a), *Códigos, regras e ornamentos nos secretários, manuais e métodos de escrever cartas: a tradição luso-brasileira*, «VEREDAS», XV, pp. 79-106.
- BARBOSA, Socorro Pacífico de Fátima (2011) (b), *A escrita epistolar, a literatura e os jornais do século XIX: uma história*, «Revista Da Anpoll», XXX, 1, pp. 261-291.
- BLUTEAU, Rafael (1712-1728), *Vocabulário português e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico, brasilico, comico, critico, chimico, dogmatico, dialectico, dendrologico, ecclesiastico, etymologico, economico, florifero, forense, fructifero autorizado com exemplos dos melhores escritores portugueses, e latinos*, Coimbra, no Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 10 voll.
- BORGES-ANDRADE, Jairo Eduardo (1981), *Aprendizagem por observação: perspectivas teóricas e contribuições para o planejamento instrucional - uma revisão*, «Psicologia: Ciência e Profissão», I, 2, pp. 2-68.
- BOTTA, Mariana Giacomini (2013), *A imprensa pioneira em língua portuguesa e os gêneros jornalísticos no século XVIII*, «Revista Comunicação Midiática», VIII, 2, pp.149-168.
- BRONCKART, Jean-Paul (1999), *Atividade de linguagem, textos e discurso: por um interacionismo sociodiscursivo*, São Paulo, EDUC.
- CASTRO, Ivo (1991), *Curso de história da língua portuguesa*, Lisboa, Aberta.
- CELANI, Simone (2012), *Alle origini della grammaticografia portoghese*, Roma, Edizioni Nuova Cultura.

CICCIA, Marie-Noëlle (2016), *L'Atthalie, de Jean Racine, traduite par Cândido Lusitano: Réappropriation politique d'un genre antique*, «Reflexos», III, pp. 1-22.

CONCEIÇÃO, Adriana Angelita da (2009), “*Aqui se abre hum largo theatro ao engenho do secretario principiante*”: a escrita de cartas segundo Francisco José Freire (Portugal-séc. XVIII), «História Revista», XV, 1, pp. 13-29.

COOK, Guy (2003), *Applied Linguistics*, Oxford, Oxford University Press.

CORRÊA, Regina Helena Machado Aquino (2002), *Cândido Lusitano e o discurso preliminar do tradutor*, «Terra Roxa e outras terras - Revista de Estudos Literários», I, pp. 16-23.

DAVIES, Alan; ELDER, Catherine (Eds.) (2004), *Handbook of Applied Linguistics*, Oxford, Blackwell.

DE BEAUGRANDE, Robert; DRESSLER, Wolfgang (1981), *Introduction to text linguistics*, London/New York, Ulrich Dressler/Longman.

DE ROSA, Gian Luigi (2008), *Unimultiplicidade e policentrismo do português no século XXI*, in *Akta Konferenji “DIALOGI Z LUZOFONIA”*, Instytut Studiów Iberyjskich i Iberoamerykańskich UW, Warszawa, 523 strony, pp. 342-357.

FERNANDES, Vera Lúcia Penzo (2004), *A imitação no processo de aprendizagem: reflexões a partir da História da Educação e do Ensino de Arte*, «Série Estudos», XVII, pp. 157-169.

FIGUEIREDO, Cândido de (1899), *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, Lisboa, Livraria Editôra Tavares Cardoso & Irmão.

FIÚZA, Mário (1954), *Introdução ao estudo do texto literário*, Porto, Porto Editora.

FRANCO, Sandra Aparecida Pires (2010), *A importância da tradução para a formação da intelectualidade conimbrese*, in *Anais da Jornada de Estudos Antigos e Medievais*, Maringá, Huma Multimídia, pp. 1-16.

FREIRE, Francisco José (1786), *O Secretario Portuguez ou Methodo de escrever cartas por meio de huma de huma instrução preliminar, regras de secretaria, formulario de tratamentos e hum grande numero de Cartas em todas as especies, que tem mais uso, com varias Cartas Discursivas sobre as Obrigações, Virtudes, e Vícios do novo Secretario*, Lisboa, Na Officina de Antonio Gomes.

GOFFMAN, Erving (1955), *On facework: an analysis of ritual elements in social interaction*, «Psychiatry: Journal for the Study of Interpersonal Processes», XVIII, pp. 213-231.

GOFFMAN, Erving (1959), *The presentation of self in everyday life*, Edinburgh, University of Edinburgh.

GOFFMAN, Erving (1967), *Interaction Ritual. Essays on Face-to-face Behavior*, New York, Pantheon Books.

GRICE, Paul (1975), *Logic and Conversation*, in Peter Cole; Jerry Morgan (Eds.), *Syntax and semantics, Speech acts*, New York, Academic Press, III, pp. 41-58.

GROBE, Sybille (2015), *Cartas e correspondência ordinária como ego-documentos na análise linguística*, «Revista Linguística/Revista do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Rio de Janeiro», XI, 2, pp. 22-41.

GUIMARÃES, Juliana Pereira (2019), *Cartas de comércio do século XVIII: visão documental a partir de uma edição diplomático-interpretativa*, «LaborHistórico», V, 2, pp. 67-99.

- HALLIDAY, Michael (1985), *An introduction to functional grammar*, London, Arnold.
- HARGIE, Owen (2019), *The Handbook of Communication Skills*, London-New York, Routledge.
- HYMES, Dell (1972), *On communicative competence*, in John Bernard Pride; Janet Holmes (Eds.), *Sociolinguistics*, London, Penguin, pp. 269-293.
- KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine (2006), *Análise da conversação: princípios e métodos*, São Paulo, Parábola.
- KOHLRAUSCH, Regina (2015), *Apresentação – Literatura. Gênero epistolar: a carta na literatura, a literatura na carta, rede de sociabilidade, escrita de si*, «Letrônica», VIII, 1, pp. 148-155.
- LOPES, David (1969), *A expansão da língua portuguesa no Oriente durante os séculos XVI, XVII e XVIII*, Porto, Portucalense Editora.
- LUCHETI, Nayara Vignol (2017), *Administração por escrito: a circulação de notícias entre Brasil e Portugal (XVII-XIX)*, «Temporalidades – Revista de História», IX, 3, pp. 320-332.
- MCCARTHY, Michael (2001), *Issues in Applied Linguistics*, Cambridge, Cambridge University Press.
- MAINGUENEAU, Dominique (1998), *Analyser les textes de communication*, Paris, Dunod.
- MALATIAN, Teresa (2009), *Narrador, registro e arquivo*, in Carla Bassanezi Pinsky; Tania Regina de Luca, (Org.), *O historiador e suas fontes*, São Paulo, Contexto, pp. 195-222.
- MARCUSCHI, Antônio (2003), *Gêneros textuais: definição e funcionalidade*, in Ângela Paiva Dionísio; Anna Rachel Machado; Maria Auxiliadora Bezerra, (Org.), *Gêneros Textuais e Ensino*, Rio de Janeiro, Lucerna, pp. 19-36.
- MARNOTO, Rita (2010) (Ed.), *História crítica da literatura portuguesa. Neoclassicismo e Pré-Romantismo*, Lisboa, Ed. Verbo, vol. IV.
- MARQUES, António Henrique de Oliveira (1977), *História de Portugal*, Lisboa, Palas Editores, 2 voll.
- MIRANDA, Tiago dos Reis (2000), *A arte de escrever cartas: para a história da epistolografia portuguesa no século XVIII*, in Walnice Nogueira Galvão; Nádya Battella Gotlib, *Prezada senhor, prezada senhora: um estudo sobre cartas*, São Paulo, Companhia das Letras, pp. 41-54.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo (1997), *Elites locais e mobilidade social em Portugal nos finais do Antigo Regime*, «Análise Social», II, pp. 335-368.
- MOURA, Teresa Maria Teixeira de (2012), *As ideias linguísticas portuguesas no século XVIII*, Vila Real, Centro de Estudos em Letras/Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.
- MUHANA, Adma Fadul (2000), *O gênero epistolar: diálogo per absentiam*, «Discurso», XXXI, pp. 329-345.
- PALERMO, Massimo (2013), *Linguistica testuale dell'italiano*, Bologna, Il Mulino.
- PESSOA, Marlos de Barros. (2002), *Da carta a outros gêneros*, in Maria Eugência Lamoglia Duarte; Dinan Callou, *Para a história do português brasileiro*, Rio de Janeiro, Faculdade de Letras da UFRJ/FAPERJ, pp. pp. 197-205.
- PETTITJEAN, André (1989), *Les typologies textuelles*, «Pratiques», LXII, pp. 86-125.

PINTO, Américo Cortez (1948), *Da famosa arte da imprimissão: da imprensa em Portugal às cruzadas d'além-mar*, Lisboa, Ulisseia.

PIAGET, Jean (1978), *A formação do símbolo na criança: Imitação, Jogo e Sonho*, Rio de Janeiro, Zahar.

ROCHA, Andréa Crabbé (1965), *A epistolografia em Portugal*, Coimbra, Livraria Almedina.

RUTTEN, Gijsbert Johan; VAN DER WAL, Marijke (2014), *Letters as loot: a sociolinguistic approach to seventeenth and eighteenth century Dutch*, Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins.

SANTOS, Maria do Carmo dos; BARBOSA, Socorro de Fátima Pacífico (2015), *A sátira e as técnicas retóricas nas cartas jocosas de o "Almocreve de petas (1798-1799)"*, «Cadernos Literários», XXIII, pp. 53-70.

SEARA, Isabel Roboredo (2008), *A palavra nómada. contributos para o estudo do género epistolar*, in *Estudos Linguísticos/Linguistic Studies*, Lisboa, Edições Colibri/CLUNL, pp. 121-144.

SEARLE, John (1969), *Speech Acts*, Cambridge, Cambridge University Press.

SILVA, Paulo Nunes da (2012), *Tipologias textuais. Como classificar textos e sequências*, Coimbra, Livraria Almedina/CELGA.

SOUZA, Pedro Daniel dos Santos; LOBO, Tânia (2016), *Da aplicação do Diretório Pombalino ao Estado do Brasil: povos indígenas e políticas linguísticas no século XVIII*, «A Cor das Letras», XVII, 1, pp. 46-59.

TEYSSIER, Paul (1982), *História da Língua Portuguesa*, s.l., Sá da Costa.

TEIXEIRA, Cláudia (2013), *Cândido Lusitano e o Neoclassicismo português: as considerações preliminares à tradução da Arte Poética de Horácio*, «Futhark», VIII, pp. 279-296.

TOCCO, Valeria (2011), *Breve storia della letteratura portoghese*, Roma, Carocci Editore.

WERLICH, Egon (1975), *Typologie der Texte; Entwurf eines textlinguistischen Modells zur Grundlegung einer Textgrammatik*, Heidelberg, Quelle & Meyer.